

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001037-69.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Luiz dos Santos**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação ordinária para rescisão de contrato com pedido para compensação por danos morais proposta por LUIZ DOS SANTOS em face de AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. Aduz, em síntese, que, por intermédio da concessionária *Novamoto*, celebrou o contrato de consórcio descrito na petição inicial com a requerida *Agraben*, acrescentando que a quitação dar-se-ia após adimplemento de 72 prestações. Afirma que promoveu o pagamento de 23 parcelas, totalizando R\$ 3.726,00 quando, em fevereiro de 2016, sobreveio o decreto de liquidação extrajudicial da requerida *Agraben*. São as razões pelas quais requer a rescisão contratual e a devolução de valores pagos, devidamente atualizados. Juntou os documentos de fls. 06/33.

A ré *Agraben* foi citada e a apresentou contestação, aduzindo, preliminarmente, falta de interesse de agir. No mérito, sustentou, em síntese, ser indevida a restituição dos valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida. Arguiu inadimplência do autor a partir de setembro de 2015, tornando uma cota excluída. Por fim, impugnou a aplicação de juros de mora sobre os débitos da massa liquidanda (fls. 55/67). Juntou documentos (fls. 68/71).

Houve réplica (fls. 77/83).

As partes requereram o julgamento antecipado da lide (fls. 87 e 89).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O feito comporta apreciação imediata, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil.

A liquidação extrajudicial não obsta a propositura da demanda, meio adequado e necessário para a formação do título executivo judicial que viabiliza a habilitação do crédito; pois, afasta-se a preliminar de ausência de interesse processual.

Passo ao exame do mérito.

A ação é parcialmente procedente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É fato incontroverso que o autor firmou contrato de consórcio com a ré *Agraben*.

Restou comprovado o pagamento de 22 parcelas do contrato, que perfaz a quantia de R\$3.564,00. Por outro lado, a requerida impugnou o pagamento referente ao mês de setembro/2015, que da análise do extrato financeiro do consorciado, não restou efetivamente demonstrado (fl. 70), sendo esta a razão da parcial procedência.

A impossibilidade de adimplemento contratual pela *Agraben* é incontroversa e está evidenciada pelo decreto de liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil.

A restituição dos valores pagos pela parte autora é medida de rigor, mostrando-se injustificável qualquer retenção pretendida pela ré, bem assim porque não foi o consorciado o responsável pela inexecução da obrigação pactuada.

Portanto, havendo impossibilidade de entrega do objeto contratado, impõem-se a resolução do contrato e a condenação da requerida *Agraben* ao cumprimento de obrigação de restituir os valores pagos pelo autor, corrigidos desde a data de pagamento de cada parcela (art. 5º, §2º, da Lei nº 11.795/08).

Consigno que, ante a liquidação extrajudicial da ré *Agraben*, não haverá a fluência dos juros de mora, por força do artigo 18, “d”, da Lei nº. 6.024/74.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar resolvido o contrato de participação em grupo de consórcio individualizado na petição inicial e condenar a ré AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. a restituir ao autor a quantia de R\$3.564,00, atualizada desde cada desembolso, de acordo com os índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Arcará a requerida com custas processuais e honorários advocatícios de 15% do valor da condenação atualizado.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 07 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**